

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	10
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.058.767
Preferenciais	0
Total	1.058.767
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.259.160	2.350.079
1.01	Ativo Circulante	719.682	814.374
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.744	31.278
1.01.02	Aplicações Financeiras	227.667	304.741
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	227.667	304.741
1.01.03	Contas a Receber	183.296	181.790
1.01.03.01	Clientes	183.296	181.790
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	183.296	181.790
1.01.04	Estoques	4.387	4.229
1.01.06	Tributos a Recuperar	147.035	161.187
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	147.035	161.187
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	137.553	131.149
1.01.08.03	Outros	137.553	131.149
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	0	7.181
1.01.08.03.05	Ativos financeiros setoriais	47.221	33.107
1.01.08.03.06	Outros créditos	90.332	90.861
1.02	Ativo Não Circulante	1.539.478	1.535.705
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	416.562	426.937
1.02.01.04	Contas a Receber	14.668	15.431
1.02.01.04.01	Consumidores e Concessionárias	14.668	15.431
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	401.894	411.506
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	120.117	121.318
1.02.01.10.04	Créditos tributários	4.092	0
1.02.01.10.05	Cauções e depósitos vinculados	3.552	3.472
1.02.01.10.06	Ativo financeiro indenizável da concessão	256.182	250.243
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	650	3.021
1.02.01.10.08	Ativos financeiros setoriais	13.709	29.954
1.02.01.10.09	Outros créditos	3.592	3.498
1.02.02	Investimentos	2.446	2.447
1.02.02.01	Participações Societárias	2.446	2.447
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.446	2.447
1.02.03	Imobilizado	17.996	18.060
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.996	18.060
1.02.04	Intangível	1.102.474	1.088.261
1.02.04.01	Intangíveis	1.102.474	1.088.261
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.022.457	1.034.123
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em Construção	80.017	54.138

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.259.160	2.350.079
2.01	Passivo Circulante	489.948	584.391
2.01.02	Fornecedores	117.291	126.198
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	117.291	126.198
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.735	252.283
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.744	174.649
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	63.744	63.566
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	111.083
2.01.04.02	Debêntures	87.991	77.634
2.01.05	Outras Obrigações	220.922	205.910
2.01.05.02	Outros	220.922	205.910
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.730	19.730
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	3.760	7.698
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	1.697	1.697
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	9.667	8.242
2.01.05.02.09	Impostos e contribuições sociais	38.697	21.390
2.01.05.02.10	Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	59.086	40.424
2.01.05.02.11	Passivos financeiros setoriais	21.487	46.513
2.01.05.02.12	Contribuição de iluminação pública	6.335	4.641
2.01.05.02.13	Encargos setoriais	19.585	21.232
2.01.05.02.14	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	10.583	9.656
2.01.05.02.15	Arrendamentos operacionais	1.503	942
2.01.05.02.16	Incorporação de redes	2.860	1.545
2.01.05.02.17	Outros passivos	25.932	22.200
2.02	Passivo Não Circulante	1.303.709	1.325.294
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.144.056	1.167.341
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	261.587	269.388
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	166.855	168.413
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	94.732	100.975
2.02.01.02	Debêntures	882.469	897.953
2.02.02	Outras Obrigações	157.935	155.050
2.02.02.02	Outros	157.935	155.050
2.02.02.02.03	Fornecedores	5.826	4.219
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais	1.464	1.230
2.02.02.02.07	Benefícios pós-emprego	12.213	11.789
2.02.02.02.08	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	32.138	245
2.02.02.02.09	Passivos financeiros setoriais	1.022	1.455
2.02.02.02.10	Encargos setoriais	5.153	5.235
2.02.02.02.11	Arrendamentos operacionais	3.582	3.641
2.02.02.02.13	Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	60.651	90.156
2.02.02.02.14	Outros passivos	35.886	37.080
2.02.03	Tributos Diferidos	0	1.328
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	1.328
2.02.04	Provisões	1.718	1.575

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.718	1.575
2.03	Patrimônio Líquido	465.503	440.394
2.03.01	Capital Social Realizado	312.022	312.022
2.03.02	Reservas de Capital	10.622	10.290
2.03.02.08	Reserva de capital	10.622	10.290
2.03.04	Reservas de Lucros	115.537	115.537
2.03.04.01	Reserva Legal	23.447	23.447
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	92.090	92.090
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	24.982	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.340	2.545

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	348.487	340.877
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-265.097	-257.628
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-129.456	-120.920
3.02.02	Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-48.193	-47.068
3.02.03	Pessoal e administradores	-12.635	-14.604
3.02.04	Benefícios pós-emprego	-384	-872
3.02.05	Material	-2.355	-2.387
3.02.06	Serviços de terceiros	-6.493	-8.522
3.02.07	Amortização e depreciação	-17.560	-14.860
3.02.09	Custo de construção	-40.282	-45.387
3.02.10	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-5.593	-953
3.02.12	Outros	-2.146	-2.055
3.03	Resultado Bruto	83.390	83.249
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.425	-24.418
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-26.696	-23.565
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-7.666	-6.982
3.04.02.02	Benefícios pós-emprego	-268	-250
3.04.02.03	Material	-1.002	-911
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-11.419	-10.573
3.04.02.05	Amortização e depreciação	-3.200	-2.635
3.04.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	-559	412
3.04.02.07	Outras	-2.582	-2.626
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.716	722
3.04.04.01	Outras receitas	2.716	722
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.445	-1.575
3.04.05.01	Outras despesas	-2.445	-1.575
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.965	58.831
3.06	Resultado Financeiro	-20.207	-26.295
3.06.01	Receitas Financeiras	17.037	20.920
3.06.01.01	Receita de aplicações financeiras	8.019	9.427
3.06.01.02	Acréscimo moratória de energia vendida	3.573	4.008
3.06.01.04	Atualização financeira de ativos setoriais	-574	35
3.06.01.05	Tributos s/ receita financeira	-831	-1.020
3.06.01.06	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	2.515	3.470
3.06.01.07	Atualização de Depósitos Judiciais	-20	65
3.06.01.08	Outras receitas financeiras	4.355	4.935
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.244	-47.215
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-28.609	-25.858
3.06.02.02	Variação monetária/ cambial da dívida	-1.727	14.656
3.06.02.03	(-) Transferência para ordens em curso	535	685
3.06.02.04	Ajuste a valor presente	1	-244
3.06.02.05	Marcação a mercado derivativos	-27.119	4.527

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.06.02.06	Marcação a mercado da dívida	27.119	-3.940
3.06.02.07	Atualização financeira de passivos setoriais	-50	-87
3.06.02.08	Atualização P&D e PEE	-148	-169
3.06.02.09	Atualizações de contingências	-48	-18
3.06.02.10	Despesas bancárias	-512	-529
3.06.02.11	Despesa de aval	-1.860	0
3.06.02.13	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	-14.024	-31.083
3.06.02.14	Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS na base do PIS e COFINS	10.726	-4.796
3.06.02.15	Outras despesas financeiras	-1.528	-359
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.758	32.536
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.776	-10.194
3.08.01	Corrente	-17.090	-25.466
3.08.02	Diferido	5.314	15.272
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.982	22.342
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.982	22.342
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	23,59	21,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	23,59	21,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	24.982	22.342
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-205	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.777	22.342

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	79.902	49.554
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	86.885	83.067
6.01.01.01	Lucro líquido do período	24.982	22.342
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social	11.776	10.194
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	10.554	5.818
6.01.01.04	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	5.593	953
6.01.01.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	559	-412
6.01.01.06	Amortização e depreciação	20.760	17.495
6.01.01.07	(Ganho) Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	1.477	-256
6.01.01.09	Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	14.024	31.083
6.01.01.10	Marcação a mercado derivativos	27.119	-4.527
6.01.01.11	Marcação a mercado da dívida	-27.119	3.940
6.01.01.12	Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-3.172	-3.824
6.01.01.13	Programa de remuneração variável - ILP	332	261
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.983	-33.513
6.01.02.01	Consumidores e concessionárias	-6.335	-8.402
6.01.02.04	Estoques	-158	-288
6.01.02.05	Tributos a recuperar	-610	-1.094
6.01.02.06	Cauções, depósitos vinculados e judiciais	-100	1.417
6.01.02.09	Outros créditos a receber	-3.110	-9.957
6.01.02.10	Fornecedores	1.431	-6.024
6.01.02.11	Impostos e contribuições sociais	32.208	16.361
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-12.661	-18.425
6.01.02.13	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos (restituídos)	-464	390
6.01.02.14	Obrigações estimadas	1.425	788
6.01.02.15	Encargos do consumidor a recolher	1.650	1.631
6.01.02.16	Passivos financeiros setoriais	-23.952	-8.699
6.01.02.17	Outras contas a pagar	3.693	-1.211
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	39.256	118.898
6.02.02	Aplicações no intangível e imobilizado	-46.113	-49.584
6.02.04	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	85.093	167.760
6.02.06	Alienação de bens do imobilizado e intangível	276	722
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-130.692	-161.338
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	-109.489	-147.363
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-21.499	-25.545
6.03.05	Recebimento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	1.045	13.712
6.03.08	Pagamento por arrendamento financeiro mercantil	-409	-2.142
6.03.09	Pagamento de incorporação de rede	-340	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.534	7.114

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.278	24.029
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.744	31.143

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	312.022	10.290	115.537	0	2.545	440.394
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	312.022	10.290	115.537	0	2.545	440.394
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	332	0	0	0	332
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.982	-205	24.777
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.982	0	24.982
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-205	-205
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	312.022	10.622	115.537	24.982	2.340	465.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	312.022	9.710	52.192	0	-208	373.716
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	312.022	9.710	52.192	0	-208	373.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	261	0	0	0	261
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	261	0	0	0	261
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.342	0	22.342
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.342	0	22.342
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	312.022	9.971	52.192	22.342	-208	396.319

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	523.564	499.189
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	485.624	453.348
7.01.02	Outras Receitas	2.716	722
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	40.817	46.072
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-5.593	-953
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-264.925	-258.010
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-196.185	-184.901
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.542	-22.867
7.02.04	Outros	-47.198	-50.242
7.03	Valor Adicionado Bruto	258.639	241.179
7.04	Retenções	-20.760	-17.495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-20.760	-17.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	237.879	223.684
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.868	21.940
7.06.02	Receitas Financeiras	17.868	21.940
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	255.747	245.624
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	255.747	245.624
7.08.01	Pessoal	16.586	18.914
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.519	11.969
7.08.01.02	Benefícios	6.470	5.831
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.597	1.114
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	176.430	156.316
7.08.02.01	Federais	100.128	80.323
7.08.02.02	Estaduais	75.895	75.592
7.08.02.03	Municipais	407	401
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.749	48.052
7.08.03.01	Juros	37.643	47.900
7.08.03.02	Aluguéis	106	152
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.982	22.342
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.982	22.342

Comentário do Desempenho

ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A RESULTADOS 1º. TRIMESTRE DE 2026

Cataguases, 11 de maio de 2026 – A Administração da Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Rio”, “EMR” ou “Companhia”) apresenta resultados do primeiro trimestre (1T26) de 2026. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia atende:



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(**) Não considera pequenas áreas onde a Cia atende apenas alguns clientes e não o município como um todo, como é o caso do distrito de Barra de São Francisco – MG, Colônia Teixeira Brandão – MG, Vila Joãozinho –MG (7 clientes), Senador Côrtes – MG e Cachoeira de Santa Cruz – MG.

2 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	Trimestre		
	1T26	1T25	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões			
Receita operacional líquida	348	341	+ 2,2
Receita operacional líquida ajustada ⁽¹⁾	305	292	+ 4,6
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	127	124	+ 3,0
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	75	73	+ 2,8
Resultado financeiro	(20)	(26)	- 23,2
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	23	20	+ 15,5
Indicadores Operacionais Consolidados			
Número de consumidores cativos (mil)	620	612	+ 1,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	376	379	- 0,9
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) – (GWh) ⁽⁵⁾	534	533	+ 0,3
Indicadores financeiros – R\$ milhões			
	31/03/2026	31/12/2025	Var. %
Ativo total	2.259	2.350	- 3,9
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	247	336	- 26,4
Patrimônio líquido	466	440	+ 5,7
Endividamento líquido	1.021	1.041	- 1,9

(1) Receita líquida ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada expurga os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE

Comentário do Desempenho

3 RECEITA OPERACIONAL

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita líquida por classe de consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	339	342	- 0,8	(2,7)
(+) Suprimento de energia elétrica	15	6	+ 154,7	9,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	(8)	(1)	+ 561,2	(6,4)
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	58	55	+ 6,2	3,4
(+) Receita de construção de infraestrutura	40	45	- 11,2	(5,1)
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	24	3	+ 862,1	21,9
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	46	38	+ 20,7	7,9
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	3	4	- 17,1	(0,7)
(+) Outras receitas	7	7	- 4,2	(0,3)
(=) Receita bruta	526	499	+ 5,4	27,2
(-) Impostos sobre vendas	(113)	(110)	+ 2,9	(3,2)
(-) Encargos setoriais	(64)	(48)	+ 34,1	(16,3)
(=) Receita líquida combinada	348	341	+ 2,2	7,6
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(3)	(4)	- 17,1	0,7
(-) Receita de construção de infraestrutura	(40)	(45)	- 11,2	5,1
(=) Receita operacional líquida ajustada	305	292	+ 4,6	13,4
(-) Custos e despesas não controláveis	(178)	(168)	+ 5,8	(9,7)
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(129)	(121)	+ 7,1	(8,5)
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(48)	(47)	+ 2,4	(1,1)
(=) Margem bruta ajustada	127	124	+ 3,0	3,7
(=) % da receita operacional líquida ajustada	42	42	- 0,6 p.p.	-

3.1 Mercado de energia

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre		
	1T26	1T25	Var. %
Residencial	242,5	231,8	+ 4,6
Comercial	51,7	56,5	- 8,5
Industrial	8,8	10,1	- 12,7
Rural	31,6	32,5	- 2,6
Outros	41,4	48,6	- 14,8
1 Mercado Cativo	376,0	379,5	- 0,9
Residencial	0,0	-	-
Comercial	24,4	22,5	+ 8,4
Industrial	130,3	128,6	+ 1,3
Rural	0,5	0,1	+ 335,0
Outros	3,0	2,0	+ 51,9
2 Mercado (TUSD)	158,1	153,2	+ 3,2
Residencial	242,5	231,8	+ 4,6
Comercial	76,1	79,0	- 3,7
Industrial	139,1	138,7	+ 0,3
Rural	32,2	32,6	- 1,4
Outros	44,3	50,5	- 12,3
3 Mercado (1+2)	534,2	532,7	+ 0,3
3.1 Compensada GD II/III	36,6	20,7	+ 76,6
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	497,5	511,9	- 2,8
4 Fornecimento Não Faturado	-3,3	1,3	-
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	530,9	534,0	- 0,6
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	494,3	513,2	- 3,7

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou esse trimestre com 619.612 unidades consumidoras cativas, número 1,2% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 407 consumidores livres, apresentando um crescimento de 24,5 %.

Comentário do Desempenho

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado ([clique aqui](#)) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

3.2 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
mar/25	dez/25	mar/26	mar/25	dez/25	mar/26	mar/25	dez/25	mar/26	
8,06	8,44	8,71	-0,10	-0,79	- 1,01	7,96	7,65	7,70	10,51 

3.3 Gestão da inadimplência

3.3.1 Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
mar/26	mar/25	Variação em p.p.
0,60	0,33	+0,26

3.3.2 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
mar/26	mar/25	Variação em p.p.
98,50	98,55	-0,05

3.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Abaixo, os resultados de DEC e FEC no trimestre:

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
mar/26	mar/25	Var.(%)	mar/26	mar/25	Var.(%)		
7,94	8,05	- 1,4	3,93	4,34	- 9,4	9,31 	6,20 

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

A ANEEL, por meio do ofício nº44/2022 em 3 de novembro de 2022, definiu que as empresas de distribuição de energia elétrica devem alcançar um mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC entre 2023 e 2026. Para isso, estabeleceu metas anuais para cada concessionária, aumentando gradualmente o percentual mínimo aceitável. De acordo com os dados reportados pela ANEEL, a EMR já atingiu a meta estabelecida para o DEC e para o FEC.

Comentário do Desempenho

4 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
1 Custos e despesas não controláveis	178	168	+ 5,8	9,7
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	129	121	+ 7,1	8,5
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	48	47	+ 2,4	1,1
2 Custos e despesas controláveis	53	50	+ 5,6	2,8
2.1 PMSO	47	50	- 5,7	(2,8)
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	21	23	- 7,7	(1,8)
2.1.2 Material	3	3	+ 1,8	0,1
2.1.3 Serviços de terceiros	18	19	- 6,2	(1,2)
2.1.4 Outras	5	5	+ 1,3	0,1
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	-	-
✓ Outros	5	5	+ 0,9	-
2.2 Provisões/Reversões	6	1	+ 1.037,9	5,6
2.2.1 Contingências	1	(0)	-	1,0
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	6	1	+ 487,0	4,6
3 Demais receitas/despesas	20	18	+ 11,6	2,1
3.1 Amortização e depreciação	21	18	+ 18,6	3,2
3.2 Outras receitas/despesas	(0)	1	-	(1,1)
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	251	237	+ 6,2	14,6
Custo de construção de infraestrutura (*)	40	45	- 11,2	(5,1)
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	292	282	+ 3,4	9,5

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

5 LUCRO LÍQUIDO E EBITDA

Segue a composição do lucro líquido considerando os efeitos do VNR:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25(*)	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	25	22	+ 11,8	2,6
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(2)	(3)	- 17,1	0,4
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	23	20	+ 15,5	3,1

A seguir, o demonstrativo do EBITDA considerando os efeitos do VNR:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25(*)	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	78	76	+ 1,8	1,4
Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(3)	(4)	- 17,1	0,7
(=) EBITDA ajustado recorrente	75	73	+ 2,8	2,0

Comentário do Desempenho

6 ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 334 milhões em março deste ano, frente aos R\$ 399 milhões registrados em dezembro de 2025.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2026	31/12/2025	30/09/2025
Circulante	168	264	265
Empréstimos e financiamentos	64	175	171
Debêntures	88	78	82
Encargos de dívidas	4	8	5
Benefícios pós-emprego	2	2	2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	11	2	5
Não Circulante	1.188	1.176	923
Empréstimos e financiamentos	262	269	269
Debêntures	882	898	635
Benefícios pós-emprego	12	12	15
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	31	(3)	4
Total das dívidas	1.356	1.441	1.188
(-) Disponibilidades financeiras	247	336	158
✓ Caixa e equivalentes de caixa	20	31	21
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	228	305	137
Total das dívidas líquidas	1.108	1.104	1.030
(-) Créditos CDE	48	48	49
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	38	15	(25)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	1.021	1.041	1.006
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses ⁽²⁾	3,3x	3,4x	4,0x

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | ⁽²⁾ EBITDA ajustado covenants = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 março de 2026, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



Comentário do Desempenho

7 INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			
	1T26	1T25	Var. %	Var. R\$
Ativo Elétrico	34	44	- 22,3	(9,8)
Obrigações Especiais (*)	11	3	+ 268,9	7,8
Ativo não Elétrico	2	1	+ 111,0	1,2
Total dos Investimentos	47	48	- 1,9	(0,9)

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8 EVENTOS SUBSEQUENTES

8.1 Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) para o
período findo em 31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A (Companhia ou EMR), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM desde 17 de dezembro de 1969. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A (ESA) e possui sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais. Sua área de concessão abrange 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 2 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 620.425 consumidores.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015, o quinto termo aditivo ao contrato de concessão, com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 de setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015. A Companhia assinou o 6º Termo Aditivo do contrato de concessão da EMR, formalizando o agrupamento das áreas de concessão da ENF e EMG, atualmente denominada EMR.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I – Eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II – Eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III – Racionalidade operacional e econômica; e
- IV – Modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos Reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, a infraestrutura da concessão, registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, uma vez que sua recuperação se dará pelo fornecimento de energia elétrica na área da concessão e tais ativos serão amortizados pela sua vida útil remanescente, considerando o novo prazo da concessão.

O contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e

Notas Explicativas

confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV – Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V – Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades no cumprimento de indicadores regulatórios ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia – MME.

As informações referentes a reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentadas nas notas explicativas nº 7, 8, 12, 13 e 24, respectivamente.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações trimestrais e o resumo as políticas contábeis materiais não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.1 as Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Dessa forma, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações trimestrais da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2026.

Notas Explicativas

2.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2026

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.

3. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

4. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	19.744	31.278
Total - circulante	19.744	31.278

Notas Explicativas

4.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	31/03/2026	31/12/2025
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	936	905
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	1.105	3.435
Fundos de investimentos exclusivos ⁽²⁾		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	233	188
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	84	159
Fundo de renda fixa	15.546	22.592
Compromissadas	17.026	33.241
Fundo multimercado	137.521	159.200
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	23.639	36.854
Letra Financeira (LF)	27.636	35.272
Nota de Crédito (NC)	262	428
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	3.679	5.688
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	-	6.779
Total ⁽²⁾ - circulante	227.667	304.741

⁽¹⁾ **Fundos de investimentos exclusivos:** são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco;

⁽²⁾ Inclui R\$1.431 (R\$1.385 em 31 de dezembro de 2025) referente a recursos vinculados a bloqueios judiciais, conselho do consumidor e garantias recebíveis.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2026 equivale a 95,8% (98,9% em 31 de dezembro de 2025) do CDI.

5. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽¹⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		31/03/2026	31/12/2025
Valores correntes:									
Residencial	37.152	-	20.497	2.035	2	52	(2.731)	57.007	54.836
Industrial	8.031	-	1.270	36	38	77	(81)	9.371	8.781
Comercial	11.661	-	3.042	183	1	134	(107)	14.914	14.174
Rural	6.690	-	2.583	397	547	639	(72)	10.784	10.587
Poder público	4.486	-	559	18	-	9	(12)	5.060	4.474
Iluminação pública	3.993	-	57	2	1	-	-	4.053	3.982
Serviço público	3.166	-	126	-	-	-	-	3.292	3.101
Fornecimento não faturado	54.256	-	-	-	-	-	(333)	53.923	61.586
(-) Arrecadação em processo de classificação	(2)	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Valores renegociados:									
Residencial	1.053	1.183	722	272	131	1.866	(2.637)	2.590	2.551
Industrial	292	983	99	2	18	1.483	(1.500)	1.377	1.579
Comercial	1.182	6.099	532	42	19	406	(531)	7.749	9.420
Rural	167	270	334	30	29	172	(219)	783	745
Poder público	16	1.682	-	-	-	-	(1)	1.697	1.689
Iluminação pública	19	-	6	-	-	-	-	25	114
Serviço público	67	945	21	-	-	-	-	1.033	1.193
(-) Ajuste a Valor Presente ⁽²⁾	(68)	(2.407)	-	-	-	-	-	(2.475)	(2.658)
Subtotal - consumidores	132.161	8.755	29.848	3.017	786	4.838	(8.224)	171.181	176.154
Suprimento de energia ⁽³⁾	13.035	-	-	-	-	6.576	(163)	19.448	14.076
Outros ⁽⁴⁾	2.407	-	-	-	-	6.234	(1.306)	7.335	6.991
Total	147.603	8.755	29.848	3.017	786	17.648	(9.693)	197.964	197.221
Circulante								183.296	181.790
Não circulante								14.668	15.431

Notas Explicativas

(1) Seguem as variações das perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 – circulante e não circulante	9.447	9.478
Provisões líquidas constituídas no período (*)	5.593	5.824
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(4.263)	(5.855)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025 – circulante e não circulante	10.777	9.447
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	9.693	8.893
Outros créditos (vide nota explicativa nº 9)	1.084	554

(*) O total das provisões de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa apuradas no período de R\$5.593 (R\$5.824 em 31 de dezembro de 2025) considera reversão de R\$24 (R\$166 em 31 de dezembro de 2025) oriundos das operações do FIDC.

(2) **Ajuste a valor presente (AVP):** calculado para os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa de mercado;

(3) **Suprimento de energia:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:

Composição do saldo da CCEE	31/03/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	13.035	7.663
Créditos vinculados a liminares (a)	6.576	6.576
Subtotal créditos CCEE (b)	19.611	14.239
(-) Aquisições de energia na CCEE (*)	(13.879)	(15.095)
(-) Encargos de Serviços do Sistema – ESS (*)	(751)	(255)
Total créditos (débitos) CCEE	4.981	(1.111)

(*) Vide nota explicativa nº 16.

(a) Os valores que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE) incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) Sobre o montante de R\$19.611 (R\$14.239 em 31 de dezembro de 2025) a Companhia constituiu a provisão para perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) no valor de R\$163 (R\$163 em 31 de dezembro de 2025).

(4) **Outros:** inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.

6. Tributos a recuperar

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	26.514	26.718
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	73.758	70.753
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	29.203	30.113
Contribuições ao PIS e à COFINS	14.178	13.793
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (1)	122.418	138.565
Retenção para a Previdência Social-INSS	1.053	2.046
Outros	28	517
Total	267.152	282.505
Circulante	147.035	161.187
Não circulante	120.117	121.318

(1) Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$208.543 em 2021, oriundos de ações judiciais transitadas em julgado, em 27 de maio de 2019. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos exercícios o valor acumulado de R\$140.543 (R\$138.028 em 31 de dezembro de 2025), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 26 de fevereiro de 2021. Em 12 de abril de 2021, a Receita Federal do Brasil – RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em lei. As compensações realizadas foram de R\$226.668 (R\$208.006 em 31 de dezembro de 2025).

7. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

7.1. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 17 de junho de 2025, através da Resolução Homologatória nº 3.471 e Nota Técnica nº 134/2025, a ANEEL aprovou o reajuste tarifário da Companhia, e entrou em vigor a partir de 22 de junho de 2025. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 3,61%.

7.2. Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorre a cada 5 anos e, neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

7.3. Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela; e
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024
Verde	-
Amarela	1,89
Vermelha 1	4,46
Vermelha 2	7,88

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Notas Explicativas

Mês	31/03/2026	31/03/2025
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde

7.4. Outros assuntos regulatórios – sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Os valores reconhecidos no período findo em 31 de março de 2026, contabilizados na atualização financeira credora, foram de R\$157 (R\$123 em 31 de março de 2025).

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

	31/03/2026			31/12/2025		
	Valores em amortização	Valores em constituição	Total	Valores em amortização	Valores em constituição	Total
Ativos financeiros setoriais						
Circulante	-	47.221	47.221	-	33.107	33.107
Não circulante	-	13.709	13.709	-	29.954	29.954
	-	60.930	60.930	-	63.061	63.061
Passivos financeiros setoriais						
Circulante	17.966	3.521	21.487	37.929	8.584	46.513
Não circulante	-	1.022	1.022	-	1.455	1.455
	17.966	4.543	22.509	37.929	10.039	47.968
Saldo líquido dos ativos e passivos	(17.966)	56.387	38.421	(37.929)	53.022	15.093

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2025	Receita operacional		Remuneração	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 31/03/2026
		Adição	Amortização		Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3.1)	
Itens da Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda	71.724	2.144	(7.822)	(167)	(508)	-	65.371
Transporte de energia elétrica - Rede básica	(2.666)	(1.841)	(450)	(58)	-	-	(5.015)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.122	(791)	(590)	(48)	-	-	(307)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	538	92	(166)	(6)	-	-	458
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.635	7.174	47	347	-	-	25.203
Transporte de energia elétrica - Itaipu	700	793	255	25	-	-	1.773
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(6.972)	6.972	-	-	-	-	-
Componentes financeiros							
Neutralidade da Parcela A	2.315	(6.455)	2.208	143	-	-	(1.789)
Sobrecontratação de energia	493	5.340	(1.210)	(213)	16	-	4.426
Devoluções tarifárias ⁽²⁾	(6.086)	(1.429)	1.590	(50)	-	-	(5.975)
CUSD	(722)	-	380	-	-	-	(342)

Notas Explicativas

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2025	Receita operacional		Remuneração	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 31/03/2026
		Adição	Amortização		Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3.1)	
Itens da Parcela A							
Exposição de submercados	1.573	47	(250)	1	-	-	1.371
Garantias financeiras	525	107	(160)	10	-	-	482
Saldo a compensar	1.118	(189)	46	40	-	-	1.015
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(66.204)	(7.482)	26.084	(648)	-	-	(48.250)
Saldo líquido dos ativos e passivos	15.093	4.482	19.962	(624)	(492)	-	38.421

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2024	Receita operacional		Remuneração	Crédito PIS/ COFINS	Recebimentos/ pagamentos		Saldos em 31/12/2025
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	27.254	59.776	(11.531)	5.663	-	(9.438)	-	71.724
Transporte de energia elétrica - Rede básica	5.293	(3.630)	(4.064)	(265)	-	-	-	(2.666)
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(447)	2.269	(793)	93	-	-	-	1.122
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	8.359	(571)	(4.807)	43	-	(2.486)	-	538
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.090)	20.765	(1.773)	1.733	-	-	-	17.635
Transporte de energia elétrica - Itaipu	1.987	388	(1.718)	43	-	-	-	700
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(6.222)	(750)	-	-	-	-	-	(6.972)
Componentes financeiros					-			
Neutralidade da Parcela A	9.054	(14.057)	6.600	718	-	-	-	2.315
Sobrecontratação de energia	8.281	13.604	(14.286)	(345)	-	(6.761)	-	493
Devoluções tarifárias ⁽²⁾	(6.109)	(5.790)	5.987	(174)	-	-	-	(6.086)
CUSD	2.109	(1.428)	(1.390)	(13)	-	-	-	(722)
Exposição de submercados	(151)	2.068	(487)	143	-	-	-	1.573
Garantias financeiras	714	348	(571)	34	-	-	-	525
Saldo a compensar	28	926	114	50	-	-	-	1.118
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(86.411)	(42.969)	120.945	(1.675)	(69.519)	-	13.425	(66.204)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(39.351)	30.949	92.226	6.048	(69.519)	(18.685)	13.425	15.093

(1) **Bandeiras Tarifárias CCRBT:** desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no período findo em 31 de março de 2026 foram de R\$564 e repassados de R\$72 (R\$18.685 recebidos em 31 de dezembro de 2025);

(2) **Devoluções tarifárias:** referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da Selic. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da Companhia;

(3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específicos das distribuidoras de energia elétrica, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Créditos do PIS e da COFINS: conforme Lei nº 14.385/2022 que regulamentou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do período. O valor homologado no processo tarifário em junho de 2025 foi de R\$69.519.

(3.1) **Recebimentos/pagamentos**

Reversão Efeito Decreto nº 10.665/2021 e DSP nº 417/2022 - Reversão Bônus Itaipu: o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a reversão do diferimento negativo que foi considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decreto nº 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. O valor pago pelos consumidores no período findo em dezembro de 2025 foi de R\$14.472, o qual irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu.

Repasse CDE Modicidade Eletrobras: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.536 de 23 de maio de 2025, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. O montante recebido em maio de 2025 foi de R\$1.047.

Notas Explicativas

9. Outros créditos

	31/03/2026	31/12/2025
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	9.591	10.188
Subvenção CDE – Descontos tarifários ⁽²⁾	38.854	38.189
Bônus – Reembolso do Fundo CDE	179	179
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	14.375	15.883
Outras ordens em curso	5.119	4.721
Adiantamentos a empregados	441	238
Créditos a receber de terceiros – Alienação de bens e direitos ⁽³⁾	10.781	12.539
Despesas pagas antecipadamente	5.353	5.317
Fundos patronais dos planos previdenciários	4.932	4.838
Outros ⁽⁴⁾	4.299	2.267
Total	93.924	94.359
Circulante	90.332	90.861
Não circulante	3.592	3.498

- ⁽¹⁾ **Subvenção Baixa Renda:** refere-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os saldos em aberto são referentes às provisões de fevereiro e março de 2026, com estimativas de recebimento para o próximo trimestre, após revisão da Aneel. Conforme dados históricos, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 – circulante	10.188	6.524
Subvenção	14.103	48.162
Ressarcimentos	(14.700)	(44.498)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025 – circulante	9.591	10.188

- ⁽²⁾ **Subvenção CDE – Descontos tarifários:** referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica – CCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período – receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 – circulante	38.189	19.278
Subvenção	32.114	117.716
Ressarcimentos	(31.449)	(98.805)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025 – circulante	38.854	38.189

- ⁽³⁾ **Créditos a receber de terceiros – Alienação de bens e direitos:** referem-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de poste, inclui R\$637 (R\$107 em 31 de dezembro de 2025) de provisão para perdas e venda de sucata;
- ⁽⁴⁾ **Outros:** inclui R\$447 (R\$447 em 31 de dezembro de 2025) referente a provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa e R\$1.188 (R\$1.461 em 31 de dezembro de 2025) referente a compartilhamento de infraestrutura, conforme contrato aprovado pela ANEEL.

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa S/A, que detém 100% do capital total.

Transações com partes relacionadas efetuadas durante o período findo em 31 de março de 2026 pela Companhia:

Notas Explicativas

	Serviços contratados (despesas)/ projetos	Compartilhamento ⁽⁵⁾	Disponibilização do sistema (receita/despesa)	Comissão aval, fiança e debêntures (despesas financeiras) ⁽²⁾	Saldo a receber (pagar)	Saldo a pagar aval, fiança e debêntures ⁽²⁾
Energisa S/A ^(1, 2 e 5)	(6.158)	(893)	-	(14.086)	(4.368)	(441.480)
Multi Energisa Serviços S/A ⁽³⁾	(776)	-	-	-	(729)	-
Energisa Soluções S/A ⁽⁴⁾	(526)	-	-	-	(280)	-
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	255	-	-	91	-
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	(613)	-	-	(190)	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	409	-	-	146	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	1.058	-	-	379	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	425	-	-	145	-
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	257	-	-	92	-
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	254	-	-	90	-
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	-	524	-	-	187	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ^(5 e 6)	-	5	(19)	-	2	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ^(5 e 6)	-	6	(19)	-	2	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ^(5 e 6)	-	8	(16)	-	3	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	17	(32)	-	6	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	24	(9)	-	8	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ⁽⁶⁾	-	1	-	-	-	-
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ^(6 e 5)	-	3	(3)	-	1	-
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	1	(1)	-	-	-
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	30	(58)	-	11	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	30	(63)	-	11	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ^(5 e 6)	-	14	(17)	-	5	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A ⁽⁵⁾	-	2	-	-	1	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A ⁽⁵⁾	-	3	-	-	1	-
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A ⁽⁵⁾	-	3	-	-	1	-
Voltz Capital S/A ⁽⁷⁾	3	-	-	-	-	-
31/03/2026	(7.457)	1.823	(237)	(14.086)	(4.385)	(441.480)
31/12/2025	-	-	-	-	(3.983)	(435.791)
31/03/2025	(13.131)	1.968	(222)	(14.099)	-	-

(1) A Companhia efetuou a 2ª, 9ª, 13ª, 15ª, 16ª e 17ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade adquiridas pela controladora Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 18. Em 31 de março de 2026, o valor atualizado é de R\$440.834(R\$435.059 em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

Custo do contrato de comissão de aval e fiança, iniciado em maio de 2025, de garantias da controladora Energisa S/A para contratos da Companhia de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 0,95% a.a. para aval e taxa a razão de 0,15% a.a. para fianças. O saldo a pagar no período findo em 31 de março de 2026 monta em R\$646;

- (2) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas:** referem-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares: contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$36.852, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e contingência; (ii) Serviços de segurança cibernética e compliance; (iii) Licenciamento e manutenção de sistemas comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de implantação de sistemas e prestação de serviços de suporte em sistemas comerciais e sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e manutenção sistemas ERP; (vi) Serviço de implantação de sistemas e (vii) Prestação de serviços de suporte em sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

- (3) Refere-se à prestação de serviços especializados em Call Center, firmado em 28 de março de 2022 com vencimento em 27 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 806, em 24 de março de 2022;
- (4) **Contrato de prestação de serviços:** refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027;
- (5) **Contrato de compartilhamento:** em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, de 25 de março de 2022;
- (6) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.; e
- (7) Serviços de arrecadação de valores relativos a produtos/serviços de parceiros e parcelas de dívidas na fatura de energia elétrica.

Remuneração dos administradores

	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração anual ⁽¹⁾	5.715	5.076
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	58	55
Remuneração da Diretoria	467	448
Outros benefícios ⁽²⁾	599	486

(1) Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2026 foi aprovado a AGO/E ocorreu em 24/04/2026.

(2) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, relativas a 31 de março de 2026, foram de R\$83 e R\$3 (R\$78 e R\$3 em 31 de março de 2025), respectivamente. A remuneração média no período findo em 31 de março de 2026 foi de R\$19 (R\$20 em 31 de março de 2025).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Notas Explicativas

de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações *units* em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o quarto de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e dois de *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11)*, que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhum

a movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	Restricted Shares			Performance Shares			Concessão de ações extraordinário		Concessão de ações Matching - Líderes	
	Programas:			Programas:			Programas:		Programas:	
	6º	7º	8º	6º	7º	8º	7º	8º	7º	8º
Método de Cálculo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações (units) outorgadas	10.920	10.070	12.370	10.920	10.070	12.370	5.181	6.585	955	2.483
Opções de ações (units) prescritas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2024	08/05/2025
Data de início vesting	11/12/2023	18/05/2024	12/05/2025	30/10/2023	09/05/2024	12/05/2025	18/05/2024	12/05/2025	01/06/2024	12/05/2025
Prazo de carência	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	N/A	N/A	N/A	11,09%	10,97%	13,47%	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	N/A	N/A	N/A	DI1J2026	DI1J2027	DI1J2028	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	N/A	N/A	N/A	28,03%	27,28%	26,73%	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo na data	R\$51,75	R\$46,79	R\$45,05	R\$44,11	R\$48,56	R\$41,38	R\$46,79	R\$45,05	R\$45,71	R\$45,05
Movimentação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (Índice de Energia Elétrica e seus pares) para o *Total Shareholder Return TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2026.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para período.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a companhia apurou o valor justo das ações *units* restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pró rata

Notas Explicativas

temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações *units*.

No período findo em 31 de março de 2026, foi contabilizado o valor de R\$332 (R\$261 em 31 de março de 2025) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de março de 2026 é de R\$2.701 (R\$2.369 em 31 de dezembro de 2025).

11. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	28.216	17.824
Contribuição social	10.158	6.417
Total – ativo não circulante	38.374	24.241
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	(25.207)	(18.801)
Contribuição social	(9.075)	(6.768)
Total – passivo não circulante	(34.282)	(25.569)
Total líquido – ativo e passivo não circulante	4.092	(1.328)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativos e Passivos				
Marcação a mercado – derivativos	42.071	14.304	(301)	(102)
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	41.911	14.250	40.304	13.703
Provisão para ajustes atuariais	13.910	4.729	13.486	4.585
Provisão de perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa – PPECLD	10.777	3.664	9.447	3.212
Ajustes a valor presente (AVP)	2.475	842	2.658	904
Provisões para contingências judiciais e administrativas	1.718	584	1.575	536
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações	(38.349)	(13.039)	(35.177)	(11.960)
Marcação a mercado – dívida	(23.293)	(7.920)	3.826	1.301
Amortização Intangível – renovação da concessão	(20.956)	(7.125)	(22.029)	(7.490)
Provisão para IRPJ e CSLL sobre encargos capitalizados	(17.865)	(6.074)	(17.520)	(5.957)
Outras diferenças temporárias	(363)	(123)	(175)	(60)
Total líquido – ativo e passivo não circulante	12.036	4.092	(3.906)	(1.328)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2026	1.406
2027	2.551
2028	2.665
2029	2.073
2030	2.364
2031 a 2033	7.388
Após 2033	19.927
Total	38.374

Notas Explicativas

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

Alíquota efetiva	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	36.758	32.536
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(12.498)	(11.062)
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	340	289
Incentivos fiscais – Outros ⁽²⁾	686	460
Juros Selic sobre recuperação de indébitos tributários ⁽³⁾	264	574
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(328)	(516)
Créditos tributários constituídos no período	-	24
Outros ⁽⁴⁾	(240)	37
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(11.776)	(10.194)
Alíquota efetiva	32,04%	31,33%

(1) Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005

(2) Referem-se basicamente, a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como: PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. Inclui os efeitos do incentivo fiscal do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/MF e nº 1.506/2024/MF. Bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

(3) **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indébitos tributários:** a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indébitos tributários – caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil – RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal.

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indébitos tributários caracterizados como “indenizatórios”, por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

(4) Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/MF e nº 1.506/2024/MF.

12. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do período como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$3.172 (R\$3.824 em 31 de março de 2025).

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Notas Explicativas

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 - não circulante	250.243	187.757
Adições no período/exercício ⁽¹⁾	2.795	55.101
Baixas no período/exercício	(28)	(294)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	3.172	7.679
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025 - não circulante	256.182	250.243

⁽¹⁾ Referem-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;

⁽²⁾ Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

13. Ativo contratual – infraestrutura em construção

	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências			Saldos em 31/03/2026
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	80.720	44.154	(14.508)	(4.092)	48	106.322
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	26.582	6.630	(5.610)	(1.297)	-	26.305
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	54.138	37.524	(8.898)	(2.795)	48	80.017

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências			Saldos em 31/12/2025
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	79.937	297.951	(242.475)	(58.428)	3.735	80.720
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em construção	26.389	17.914	(14.394)	(3.327)	-	26.582
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	53.548	280.037	(228.081)	(55.101)	3.735	54.138

⁽¹⁾ O montante de R\$8.898 (R\$228.081 em 31 de dezembro de 2025) foi transferido para o intangível - contrato de concessão, enquanto o montante de R\$48 (R\$3.735 em 31 de dezembro de 2025) foi reclassificado do imobilizado.

⁽²⁾ O montante de R\$2.795 (R\$55.101 em 31 de dezembro de 2025) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

14. Imobilizado

	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/03/2026
Imobilizado em serviço							
Custo							
Terrenos		1.330	-	-	-	-	1.330
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	3.267	-	-	-	-	3.267
Máquinas e equipamentos	11,96%	31.967	-	876	-	-	32.843
Veículos	14,29%	787	-	-	-	-	787
Móveis e utensílios	6,25%	7.257	-	2	-	-	7.259
Total do imobilizado em serviço		44.608	-	878	-	-	45.486
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(493)	-	-	-	(26)	(519)
Máquinas e equipamentos		(21.470)	-	-	-	(488)	(21.958)

Notas Explicativas

	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/03/2026
Veículos		(156)	-	-	-	(28)	(184)
Móveis e utensílios		(4.899)	-	-	-	(80)	(4.979)
Total da depreciação acumulada		(27.018)	-	-	-	(622)	(27.640)
Subtotal do imobilizado		17.590	-	878	-	(622)	17.846
Imobilizado em curso		470	616	(936)	-	-	150
Total do imobilizado		18.060	616	(58)	-	(622)	17.996

	Taxa média de depreciação	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Terrenos		52	-	1.278	-	-	1.330
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,08%	2.692	-	593	(18)	-	3.267
Máquinas e equipamentos	13,27%	29.239	-	2.917	(189)	-	31.967
Veículos	14,29%	787	-	-	-	-	787
Móveis e utensílios	6,25%	7.048	-	209	-	-	7.257
Total do imobilizado em serviço		39.818	-	4.997	(207)	-	44.608
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(417)	-	-	17	(93)	(493)
Máquinas e equipamentos		(19.602)	-	-	12	(1.880)	(21.470)
Veículos		(43)	-	-	-	(113)	(156)
Móveis e utensílios		(4.579)	-	-	-	(320)	(4.899)
Total da depreciação acumulada		(24.641)	-	-	29	(2.406)	(27.018)
Subtotal do imobilizado		15.177	-	4.997	(178)	(2.406)	17.590
Imobilizado em curso		219	8.983	(8.732)	-	-	470
Total do imobilizado		15.396	8.983	(3.735)	(178)	(2.406)	18.060

⁽¹⁾ Do montante negativo de R\$58 (R\$3.735 em 31 de dezembro de 2025), R\$48 refere-se a transferências para o ativo contratual – infraestrutura em construção e R\$10 foi reclassificado para o intangível – software.

15. Intangível

	31/03/2026	31/12/2025
Intangível – contrato de concessão	988.561	999.857
Intangível – direito de uso	4.403	3.944
Intangível – software	29.493	30.322
Total	1.022.457	1.034.123

15.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2025	Adições ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/03/2026
Intangível em serviço						
Custo	4,26%	2.018.541	14.508	(2.702)	-	2.030.347
Amortização acumulada		(866.297)	-	996	(22.204)	(887.505)
Total do intangível		1.152.244	14.508	(1.706)	(22.204)	1.142.842
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,93%	331.312	5.610	-	-	336.922
Amortização acumulada		(178.925)	-	-	(3.716)	(182.641)
Total das obrigações vinculadas à concessão		152.387	5.610	-	(3.716)	154.281
Total do intangível – contrato de concessão		999.857	8.898	(1.706)	(18.488)	988.561

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 31/12/2025
Intangível Em Serviço						
Custo	4,46%	1.801.398	242.475	(25.332)	-	2.018.541
Amortização Acumulada		(803.877)	(52)	19.684	(82.052)	(866.297)
Total do intangível		997.521	242.423	(5.648)	(82.052)	1.152.244

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adição (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 31/12/2025
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,77%	316.933	14.394	(15)	-	331.312
Amortização Acumulada		(165.087)	(52)	-	(13.786)	(178.925)
Total das obrigações vinculadas à concessão		151.846	14.342	(15)	(13.786)	152.387
Total do intangível – contrato de concessão		845.675	228.081	(5.633)	(68.266)	999.857

(1) O montante de R\$8.898 (R\$228.081 em 31 de dezembro de 2025) são transferências originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção;

(2) O montante de R\$1.706 (R\$5.633 em 31 de dezembro de 2025), refere-se às baixas realizadas no período contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;

(3) A Companhia reconheceu no período créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$556 (R\$1.851 em 31 de dezembro de 2025) e não inclui o montante de R\$5 referente a provisão de despesa de amortização de incorporações de redes.

Obrigações vinculadas à concessão

Os saldos do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Contribuições do consumidor (1)	112.578	105.909
Participação da União, Estados e Municípios (2)	248.699	248.699
Reserva para reversão	119	158
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	9.641	9.641
(-) Amortização acumulada	(182.641)	(178.925)
Total	188.396	185.482
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	7.810	6.513
Ativo contratual – infraestrutura em construção	26.305	26.582
Intangível – contrato de concessão	154.281	152.387
Total	188.396	185.482

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética – PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados à concessão;

(2) Inclui a participação da União com recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE destinados ao Programa Luz para Todos e a participação do Governo do Estado.

15.2. Intangível – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação da norma contábil CPC 06 (R2), são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2025	Adições	Amortização	Saldos em 31/03/2026
Intangível – direito de uso					
Custo	11,20%	9.466	745	-	10.211
Amortização acumulada		(5.522)	-	(286)	(5.808)
Total do intangível – direito de uso		3.944	745	(286)	4.403

	Taxa média de amortização	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Intangível – software						
Custo	9,72%	9.084	651	(269)	-	9.466
Amortização acumulada		(4.761)	-	159	(920)	(5.522)
Total do intangível – software		4.323	651	(110)	(920)	3.944

Notas Explicativas

15.3. Intangível – software e outros

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2025	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/03/2026
Intangível – software						
Custo	20,00%	64.134	-	9.377	-	73.511
Amortização acumulada		(43.254)	-	-	(1.915)	(45.169)
Em curso		9.442	1.076	(9.367)	-	1.151
Total do intangível – software		30.322	1.076	10	(1.915)	29.493

	Taxa média de amortização	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Intangível – software						
Custo	20,00%	55.908	-	8.226	-	64.134
Amortização acumulada		(36.889)	-	-	(6.365)	(43.254)
Em curso		9.004	8.664	(8.226)	-	9.442
Total do intangível – software		28.023	8.664	-	(6.365)	30.322

⁽¹⁾ O montante de R\$10 refere-se a reclassificações do imobilizado.

16. Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	65.917	63.804
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	13.879	15.095
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽³⁾	5.991	5.735
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	7.645	7.410
Encargos de conexão ⁽¹⁾	751	449
Encargos de Serviços do Sistema - ESS ⁽⁴⁾	449	255
Materiais, serviços e outros ⁽⁵⁾	28.485	37.669
Total	123.117	130.417
Circulante	117.291	126.198
Não circulante	5.826	4.219

- ⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica, encargos do uso da rede elétrica e encargos de conexão:** referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e do uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;
- ⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:** A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;
- ⁽³⁾ **Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS:** refere-se à aquisição de custo de uso de transmissão, com pagamentos até o dia 25 de cada mês depois da publicação do AVD ou em três parcelas sendo nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte;
- ⁽⁴⁾ **Encargos de Serviços de Sistema – ESS:** os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No período findo em 31 de março de 2025, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi superior ao de novembro e dezembro de 2025, em decorrência do aumento de restrições operativas e técnicas no sistema elétrico.
- ⁽⁵⁾ **Materiais, serviços e outros:** referem-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais

Notas Explicativas

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 31/12/2025	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 31/03/2026
Moeda Nacional						
Pós Fixado						
IPCA	183.024	(3.432)	(2.735)	4.744	-	181.601
CDI	53.976	-	(4.076)	1.904	-	51.804
(-) Custo com captação	(557)	-	-	38	-	(519)
Total em moeda nacional	236.443	(3.432)	(6.811)	6.686	-	232.886
Moeda Estrangeira						
Dólar	214.745	(106.057)	(3.410)	(8.829)	-	96.449
Marcação a mercado	547	-	-	-	(791)	(244)
Total em moeda estrangeira	215.292	(106.057)	(3.410)	(8.829)	(791)	96.205
Total	451.735	(109.489)	(10.221)	(2.143)	(791)	329.091
Circulante	182.347					67.504
Não circulante	269.388					261.587

	Saldos em 31/12/2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 31/12/2025
Moeda nacional							
Pós fixado							
IPCA	127.906	58.500	(9.697)	(8.705)	15.020	-	183.024
CDI	105.916	-	(50.000)	(13.447)	11.507	-	53.976
(-) Custos com captação	(785)	-	-	-	228	-	(557)
Total em moeda nacional	233.037	58.500	(59.697)	(22.152)	26.755	-	236.443
Moeda Estrangeira							
Dólar	405.460	-	(153.681)	(15.452)	(21.582)	-	214.745
Marcação a mercado	(4.306)	-	-	-	-	4.853	547
Total em moeda estrangeira	401.154	-	(153.681)	(15.452)	(21.582)	4.853	215.292
Total	634.191	58.500	(213.378)	(37.604)	5.173	4.853	451.735
Circulante	231.206						182.347
Não circulante	402.985						269.388

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Encargos sw ap ponta passiva (% a.a.)	Venci- mento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.)	Garan- tias ⁽³⁾	Cove- nants ⁽⁴⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
BTG PACTUAL - BNDES 2/20	62.584	63.662	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez-34	Mensal a partir de abr/22	2,98%	-	A + R	2
1ª Nota comercial	51.804	53.976	CDI + 1.55%	-	jul-26	Anual a partir de jul/25	3,80%	-	A	2
BNDES - 23.2.0337-1	119.017	119.362	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez-43	Mensal a partir de jul/25	3,44%	-	FB	2
(-) Custo com captação	(519)	(557)								
Total em Moeda Nacional	232.886	236.443								
BAML - LOAN 18122024 ⁽²⁾	-	114.397	USD + 5.34%	CDI + 1,58%	jan-26	Final	(3,83%)	3,80%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 06122024 ⁽⁴⁾	96.449	100.348	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez-27	Final	(4,03%)	3,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁵⁾	(244)	547								

Notas Explicativas

Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Encargos sw ap ponta passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.)	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	31/03/2026	31/12/2025								
Total em moeda estrangeira	96.205	215.292								
Total	329.091	451.735								

- (1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2026. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge cambial*, demonstrados na nota explicativa nº 28;
- (2) Os contratos possuem proteção de *swap* e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 28;
- (3) A = Aval Energisa S/A, FB = Fiança bancária, R = Recebíveis;
- (4) **Condições de covenants:** o contrato possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, conforme abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	Menor ou igual a 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 28). Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (5) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 28).
- (6) As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no período findo 31 de março de 2026 demonstrados na nota explicativa nº 28.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	31/03/2026	31/12/2025
US\$ x R\$	-5,14%	-11,14%
CDI	3,41%	14,32%
IPCA	1,74%	4,26%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2026
2027	105.080
2028	13.796
2029	13.796
2030	13.796
Após 2031	115.119
Total	261.587

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/2025	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	Marcação mercado da dívida	Saldos em 31/03/2026
Moeda nacional					
Pós fixado					
CDI	290.967	(4.828)	10.560	-	296.699
IPCA	703.580	(6.450)	21.255	-	718.385
(-) Custos com captação	(22.239)	-	664	-	(21.575)
Marcação a mercado	3.279	-	-	(26.328)	(23.049)
Total	975.587	(11.278)	32.479	(26.328)	970.460
Circulante	77.634				87.991
Não circulante	897.953				882.469

	Saldos em 31/12/2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2025
Moeda nacional								
Pós Fixado								
CDI	316.881	-	(26.300)	(42.557)	42.943	-	-	290.967
IPCA	439.075	265.000	(24.026)	(25.526)	49.057	-	-	703.580
(-) Custo com captação	(13.724)	-	-	-	1.976	(10.491)	-	(22.239)
Marcação a mercado	(583)	-	-	-	-	-	3.862	3.279
Total	741.649	265.000	(50.326)	(68.083)	93.976	(10.491)	3.862	975.587
Circulante	57.538							77.634
Não circulante	684.111							897.953

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	31/03/2026	31/12/2025										
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1.988	1.932	15/10/2017	1.261 / 1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	out/27	Final	3,0%	3,53%	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	37.609	36.296	10/06/2019	36.000 / 36.000	CDI + 0,83%	-	jun/26	Final	3,6%	-	A	1
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	5.671	5.521	11/10/2020	4.010 / 4.010	IPCA + 4,23%	-	out/27	Final	2,8%	-	SG	NA
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	43.873	42.686	11/10/2020	30.990 / 30.990	IPCA + 4,47%	-	out/30	Anual a partir de out/28	2,8%	-	SG	NA
Debêntures 14ª Emissão	60.962	63.449	22/08/2022	60.000 / 60.000	CDI + 1,60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	3,8%	-	A	2
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	1.612	1.569	11/10/2020	1.140 / 1.140	IPCA + 4,23%	-	out/27	Final	2,8%	-	SG	NA
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	12.543	12.204	11/10/2020	8.860 / 8.860	IPCA + 4,47%	-	out/30	Anual a partir de out/28	2,8%	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	13.851	13.899	13/09/2023	12.406 / 12.406	IPCA + 6,17%	-	set/30	Final	3,3%	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	86.643	86.999	13/09/2023	77.594 / 77.594	IPCA + 6,45%	-	set/33	Anual a partir de set/31	3,3%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	75.068	73.142	15/04/2024	67.350 / 67.350	IPCA + 6,16%	-	abr/31	Final	3,3%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	92.220	89.803	15/04/2024	82.650 / 82.650	IPCA + 6,40%	-	abr/39	Anual a partir de set/31	3,3%	-	SG	NA
Debêntures 17ª Emissão Única	107.365	107.304	14/09/2024	100.000 / 100.000	IPCA + 6,44%	-	set/34	Final	3,3%	-	SG	NA
Debêntures 18ª Emissão Única	198.128	191.222	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0,80%	-	dez/29	Final	3,6%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	166.559	161.123	15/10/2025	159.000 / 159.000	IPCA + 7,23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	3,5%	3,35%	A	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	110.992	107.398	15/10/2025	106.000 / 106.000	IPCA + 7,11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	3,5%	3,36%	A	2
(-) Custo com captação	(21.575)	(22.239)										
Marcação à Mercado de Dívida	(23.049)	3.279										
Total	970.460	975.587										

(1) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 28;

(2) A = Aval Energisa S/A, SG = Sem garantia;

Notas Explicativas

- (3) **Condições de covenants:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
	(1) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para as demais emissões	

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2026, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2026
2027	37.117
2028	15.940
2029	212.846
2030	23.011
Após 2031	593.555
Total	882.469

19. Impostos e contribuições sociais

	31/03/2026	31/12/2025
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	17.267	1.339
Encargos sociais	3.216	3.687
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	3.463	1.066
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.259	4.070
Contribuições ao PIS e à COFINS	7.062	6.452
Impostos e contribuições retidos na fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	1.372	2.224
Imposto Sobre Serviços - ISS	270	588
Outros	3.252	3.194
Total	40.161	22.620
Circulante	38.697	21.390
Não circulante	1.464	1.230

20. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF, decidiu em repercussão geral (Tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021, o STF manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN emitiu o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021/ME reconheceu em 2021, o montante de R\$206.566, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou, em 27 de junho de 2022, a Lei nº 14.385, que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei, também prevê que a ANEEL deverá promover nos processos tarifários, a destinação integral em proveito dos usuários de serviços públicos, afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado, que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes, e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB.

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciados a partir de maio de 2021, após habilitação dos créditos perante a RFB.

O resumo dos impactos são como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	130.580	179.175
Atualização e reversão dos outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	(10.726)	21.542
Repasse de custos com honorários, consultoria e tributos	(117)	(618)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores	-	(69.519)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	119.737	130.580
Circulante	59.086	40.424
Não circulante	60.651	90.156

21. Encargos setoriais

	31/03/2026	31/12/2025
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.373	2.373
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ⁽¹⁾	390	427
Ministério de Minas e Energia - MME ⁽¹⁾	195	214
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	1.897	1.595
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	8.423	7.901
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	11.460	13.957
Total	24.738	26.467
Circulante	19.585	21.232
Não circulante	5.153	5.235

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de

Notas Explicativas

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa Selic.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho nº 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados na nota explicativa nº 09 – Outros créditos – Ordens de serviço em curso – PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão;

22. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental.

22.1. Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	31/03/2026	31/12/2025
Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 – não circulante	100	1.472	3	1.575	2.181
Provisões e reversões líquidas	-	559	-	559	1.496
Pagamentos realizados	-	(464)	-	(464)	(2.010)
Atualização monetária	3	44	1	48	(92)
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025 – não circulante	103	1.611	4	1.718	1.575

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante no montante de R\$3.552 (R\$3.472 em 31 de dezembro de 2025) e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos trabalhistas discutem principalmente verbas contratuais/legais, bem como ações envolvendo subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos; e (v) inscrição no SERASA.

22.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, regulatória e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações com as perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	31/03/2026	31/12/2025
--	-------------	-------	--------	-----------	------------	------------

Notas Explicativas

Saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024	488	8.873	184.308	11	193.680	141.718
Novos processos	-	-	16.790	-	16.790	65.471
Mudanças de prognóstico e do valor pedido	-	(48)	(110)	-	(158)	(23.365)
Encerramento de processos	(5)	(223)	-	-	(228)	(4.794)
Atualização monetária	17	299	5.634	-	5.950	14.650
Saldos em 31/03/2026 e 31/12/2025	500	8.901	206.622	11	216.034	193.680

Abaixo, apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Ação judicial envolvendo discussão sobre verbas contratuais/legais.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede; (iv) indenização por danos elétricos; e (v) inscrição no serasa.

Fiscal

As ações de natureza fiscais referem-se basicamente a discussões sobre: (i) a quebra do diferimento do ICMS nas operações de venda de energia elétrica isenta ou não tributada; e (ii) o aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes da aquisição do ativo imobilizado.

Principais Processos:

Processo	Tipo	Objeto	31/03/2026	31/12/2025
0087729-97.2016.8.13.0153	Execução Fiscal	Discussão sobre ICMS exigido em razão da quebra do diferimento.	56.331	54.469
13136.720060/2020-19	Procedimento Administrativo	Trata-se de auto de infração de IRPJ e CSLL, referente a 2015/2016, de operações por contratos de SWAP, que não teria a finalidade de HEDGE e tratamento regulado pelo art. 77 da Lei	66.930	65.471

Ambiental

Demandas envolvendo discussões sobre preceitos ambientais.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$312.022 (R\$312.022 em 31 de dezembro de 2025), representado por 1.058.767 (1.058.767 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 1.500.000 ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações, bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

24. Receita operacional

Notas Explicativas

	31/03/2026			31/03/2025		
	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$	Nº de consumidores ⁽¹⁾	MWh ^(1 e 2)	R\$
Residencial	515.722	219.550	210.328	503.521	219.544	204.010
Industrial	3.790	7.563	13.693	3.899	9.250	14.799
Comercial	41.081	44.781	51.666	43.712	52.039	55.452
Rural	52.736	26.468	29.310	54.985	29.565	30.197
Poder público	5.262	13.043	13.857	5.070	13.975	13.928
Iluminação pública	209	19.190	11.537	195	22.558	12.711
Serviço público	1.043	7.941	8.552	953	10.920	10.524
Consumo próprio	174	866	-	169	896	-
Subtotal	620.017	339.402	338.943	612.504	358.747	341.621
Suprimento de energia a concessionárias	-	47.042	15.030	-	13.118	5.900
Fornecimento não faturado líquido	-	(3.253)	(7.596)	-	1.269	(1.149)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	408	-	58.285	322	-	54.879
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	40.282	-	-	45.387
Penalidades regulatórias	-	-	(738)	-	-	(1.239)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	3.172	-	-	3.824
Ativos e passivos financeiros setoriais – constituição e amortização	-	-	24.444	-	-	2.541
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	46.217	-	-	38.290
Outras receitas operacionais	-	-	7.867	-	-	8.681
Total – receita operacional bruta	620.425	383.191	525.906	612.826	373.134	498.735
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	75.854	-	-	75.519
PIS	-	-	6.599	-	-	6.093
COFINS	-	-	30.417	-	-	28.064
ISS	-	-	256	-	-	236
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	1.194	-	-	1.146
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	-	-	299	-	-	286
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	60.767	-	-	44.584
Programa Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	597	-	-	573
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	-	597	-	-	573
Ministério de Minas e Energia – MME	-	-	299	-	-	286
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	540	-	-	498
Total – deduções da receita operacional	-	-	177.419	-	-	157.858
Total – receita operacional líquida	620.425	383.191	348.487	612.826	373.134	340.877

⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes;

⁽²⁾ **MWh**: refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MMGC do tipo II/III;

⁽³⁾ **Receita de construção da infraestrutura**: está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores, são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem ao custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

25. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh ⁽¹⁾		R\$	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Energia de Itaipú – Binacional	76.129	78.667	16.452	18.154
Energia de Leilão ⁽²⁾	95.584	91.883	43.676	27.768
Energia Bilateral	141.109	132.053	65.188	58.344
Cotas de Angra	8.665	15.946	4.187	4.539

Notas Explicativas

	MWH ⁽¹⁾		R\$	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Energia de curto prazo - CCEE ⁽³⁾	-	-	3.108	7.394
Cotas Garantia Física	47.965	70.738	5.391	11.864
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	6.507	7.158	5.079	5.870
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(13.625)	(13.013)
Total	375.959	396.445	129.456	120.920

⁽¹⁾ Informações não revisadas pelos auditores independentes;

⁽²⁾ Em 31 de março de 2025 inclui o valor de R\$6.002 de créditos relacionados a geração distribuída;

⁽³⁾ Inclui demais custos sendo: os efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema – ESS e Encargos de Energia de Reserva – EER.

26. Outros resultados

	31/03/2026	31/03/2025
Outras receitas		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	276	722
Outras	2.440	-
	2.716	722
Outras despesas		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(1.753)	(466)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(686)	(652)
Outras	(6)	(457)
	(2.445)	(1.575)
Total	271	(853)

27. Lucro por ação

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Lucro líquido do período	24.982	22.342
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.059	1.059
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária em Reais – R\$⁽¹⁾	23,59	21,10

⁽¹⁾ A companhia não possui instrumento diluidor

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

28.1. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no resultado do período foram de R\$3.172 (R\$7.679 em 31 de dezembro 2025), assim como as principais premissas utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO		Nível	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa			19.744	19.744	31.278	31.278
Consumidores e concessionárias			197.964	197.964	197.221	197.221
Ativos financeiros setoriais			60.930	60.930	63.061	63.061
			278.638	278.638	291.560	291.560
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		2	227.667	227.667	304.741	304.741
Ativo financeiro indenizável da concessão		3	256.182	256.182	250.243	250.243
Instrumentos financeiros derivativos		2	650	650	10.202	10.202
			484.499	484.499	565.186	565.186

PASSIVO		Nível	31/03/2026		31/12/2025	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado						
Fornecedores			123.117	123.117	130.417	130.417
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas			946.856	947.820	938.298	942.126
Arrendamentos operacionais			5.085	5.085	4.583	4.583
Passivos financeiros setoriais			22.509	22.509	47.968	47.968
			1.097.567	1.098.531	1.121.266	1.125.094
Valor justo por meio do resultado						
Instrumentos financeiros derivativos		2	42.721	42.721	9.901	9.901
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas			352.695	352.695	489.024	489.024
			395.416	395.416	498.925	498.925

28.2. Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como *hedge accounting*. Essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado no período em R\$26.328 devedor (R\$522 em 31 de março de 2025) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas no período para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve

Notas Explicativas

ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2026, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 31 de março de 2026, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$791 devedor (R\$3.418 devedor em 31 de março de 2025) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

28.3. Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Dívida ⁽¹⁾	1.299.551	1.427.322
Caixa e equivalentes de caixa	(19.744)	(31.278)
Dívida líquida	1.279.807	1.396.044
Patrimônio líquido	465.503	440.394
Índice de endividamento líquido	2,75	3,17

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17 e 18.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais originais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Notas Explicativas

	Taxa média de juros efetiva ponderada (% a.a.)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		117.291	-	-	-	5.826	123.117
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,06%	174.990	49.703	342.586	604.526	1.138.902	2.310.707
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.466	5.117	8.534	1.567	21.387	42.071
Total		297.747	54.820	351.120	606.093	1.166.115	2.475.895

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas pode ocasionar uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras, são como segue:

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	19.744	31.278
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.2	227.667	304.741
Consumidores e concessionárias	5	197.964	197.221
Ativos financeiros setoriais	8	60.930	63.061
Ativo financeiro indenizável da concessão	12	256.182	250.243
Instrumentos financeiros derivativos	28	650	10.202

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real

Notas Explicativas

e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$1.321.645 (R\$1.450.118 em 31 de dezembro de 2025), onde R\$96.205 (R\$215.292 em 31 de dezembro de 2025) estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº 17 e nº 18.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 31 de março de 2026 com redução de 5,14% sobre 31 de dezembro de 2025 cotado a R\$5,2194/USD (R\$5,5024/USD em 31 de dezembro de 2025). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de março de 2026 foi de 10,56%, enquanto 31 de dezembro de 2025 foi de 10,12%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	31/03/2026	31/12/2025
Ativo circulante	-	7.181
Ativo não circulante	650	3.021
Total do ativo	650	10.202
Passivo circulante	10.583	9.656
Passivo não circulante	32.138	245
Total do passivo	42.721	9.901

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 - Scotiabank	18.197	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao *notional* de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
J.P. Morgan	1.261	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Bradesco	159.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	106.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia relacionados a risco com variação cambial, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Notas Explicativas

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida designada para Fair Value Option	110.000	210.000	Moeda estrangeira - USD	(96.205)	(215.292)
			Posição ativa		
			Moeda estrangeira - USD	96.205	215.292
Swap cambial (Derivativo)	110.000	210.000	Posição passiva		
			Taxa de juros CDI	(114.735)	(217.570)
			Posição líquida swap	(18.530)	(2.278)
			Posição Líquida da dívida + Swap	(114.735)	(217.570)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação monetária e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo *Fair Value Hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025		31/03/2026	31/12/2025
Dívida (Objeto de hedge)	266.261	266.261	Taxa pós-fixada	(257.247)	(274.248)
			Posição ativa		
			Taxa pós-fixada	257.247	274.248
Swap de Juros (Instrumento de hedge) ⁽¹⁾	266.261	266.261	Taxa de juros CDI	(280.788)	(271.669)
			Posição líquida swap	(23.541)	2.579
			Posição líquida da dívida + swap	(280.788)	(271.669)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como *Fair Value Hedge* são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de março de 2026 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas nas notas explicativas nº 17 e 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central.

28.4. Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2026, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações trimestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda estrangeira	(110.000)		(102.154)	(124.244)	(146.334)
Variação da dívida			7.846	(14.244)	(36.334)
Swap cambial		Alta Câmbio			
Posição ativa					

Notas Explicativas

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros					
Derivativos	96.205		88.359	110.449	132.539
Variação			(7.846)	14.244	36.334
Posição passiva					
Instrumentos financeiros					
Derivativos - Taxa de juros CDI	(114.735)		(114.735)	(114.735)	(114.735)
Subtotal	(18.530)		(26.376)	(4.286)	17.804
Total líquido	(128.530)		(128.530)	(128.530)	(128.530)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim *Focus* divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$128.530 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2026, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações trimestrais):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida em moeda local - Taxa de Juros	(266.261)		(266.261)	(266.261)	(266.261)
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pós	257.247	Alta CDI	257.247	257.247	257.247
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(280.788)		(280.788)	(354.888)	(451.760)
Variação - CDI + TJLP			-	(74.100)	(170.972)
Subtotal	(23.541)		(23.541)	(97.641)	(194.513)
Total Líquido	(289.802)		(289.802)	(363.902)	(460.774)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do CDI futuro do último boletim *Focus* divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de IPCA é mantida constante e a curva de CDI é recalculada.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2026 seja mantido, e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	227.667	Alta CDI	23.905	29.881	35.858
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(114.735)	Alta CDI	(12.047)	(15.059)	(18.071)

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(348.503)	Alta CDI	(36.593)	(45.741)	(54.890)
	(876.937)	Alta IPCA	(15.259)	(19.074)	(22.889)
Subtotal (**)	(1.340.175)		(63.899)	(79.874)	(95.850)
Total - (Perdas)	(1.112.508)		(39.994)	(49.993)	(59.992)

(1) Considera o CDI de 31 de março de 2026 (10,50% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2026, IPCA 1,74% ao ano;

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$18.530

29. Benefícios pós-emprego

29.1. Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde

	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Plano de saúde	31/03/2026	31/12/2025
Total	8.554	5.356	13.910	13.486
Circulante	925	772	1.697	1.697
Não circulante	7.629	4.584	12.213	11.789

29.2. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de contribuição variável e plano de contribuição definida.

A administração desses planos é realizada por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

a) Plano Energisa Sudeste

É um plano de contribuição variável, e o ingresso de novos participantes foi vedado quando da aprovação pela PREVIC do novo regulamento proposto pelo Conselho Deliberativo em 08 de novembro de 2019. Atualmente, somente 5 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas vitalícios - Parte A na (parte BD do plano).

b) Plano Energisa CD

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício definido no âmbito do CPC 33.

No período findo em 31 de março de 2026, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$609 (R\$561 em 31 de março de 2025).

29.3. Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Notas Explicativas

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

No período findo em 31 de março de 2026, as despesas com o prêmio de aposentadoria foram de -R\$1 (R\$480 em 31 de março de 2025).

29.4. Plano de saúde

A Companhia mantém benefícios pós-emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

Pós-pagamento: as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

Pré-pagamento: as contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No período findo em 31 de março de 2026, as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.832 (R\$1.832 em 31 de março de 2025). Inclui R\$44 (R\$81 em 31 de março de 2025) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

30. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não são revisadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância segurada	Prêmio anual	
			31/03/2026	31/12/2025
Riscos Operacionais	22/06/2026	90.000	581	581
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	33	33
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000	338	338
Auto Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	55	55
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	113.472	311	292
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	2	2
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	10	10
Aeronáutico – RETA – Drones	30/06/2026	1.158/drone	11	11
Seguro de Proteção de dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2026	50.000	56	56
			1.397	1.378

Notas Explicativas

31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia ⁽¹⁾					
Vigência	2026	2027	2028	2029	Após 2029
2026 a 2054	375.431	476.804	474.378	470.367	4.597.171

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo em 31 de março de 2026, e foram homologados pela ANEEL.

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	31/03/2026	31/12/2025
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - bifurcação de ativos	2.795	55.101
Ativo financeiro indenizável da concessão - valor justo ativo indenizável	3.172	7.679
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	12.638	21.369
Arrendamento operacional	745	541
Incorporação de redes	1.299	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	12.638	21.369
Intangível - IFRS 16	745	541
Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	1.299	-

33. Eventos subsequentes

33.1. Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde para o mês de abril e Bandeira Amarela para o mês de maio de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG
Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado - DVA, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	Antônio Carlos Brandão de Sousa
Auditores Independentes Ltda.	Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ	CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2026

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Fernando Lima Costalonga
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo Acialdi Pinheiro
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 11 de maio de 2026.

Fernando Lima Costalonga
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodrigo Santana
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Jose Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Rodolfo Aciardi Pinheiro
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem Designação Específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O “S” MG